

## 4. MODERNIZAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

### 4.1. PROMOEX



O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina é integrante do Programa de Modernização do Controle Externo de Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros - Promoex.

O Promoex tem por objetivo o fortalecimento institucional e a modernização do sistema de controle externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios, garantindo sua integração nacional e aumentando a eficiência e eficácia das ações de fiscalização e controle, com a finalidade de servir de instrumento de cidadania e contribuir para a efetiva, transparente e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Este Programa conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com previsão de aplicação de cerca de US\$ 64 milhões, distribuídos entre todos os tribunais de contas do País. Sendo US\$ 38,6 milhões com recursos financiados pelo BID através do contrato de empréstimo 1628/OC-BR, firmado em 14/09/2005 com o Governo Federal, tendo como Mutuário a República Federativa do Brasil, Executor Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, subexecutores Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os Recursos Adicionais (local) estão assim distribuídos: Governo Federal, US\$ 25,8 milhões, e Subexecutores, US\$ 21,9 milhões.

O financiamento repassa os recursos aos tribunais de contas estaduais e municipais e do Distrito Federal, por meio de convênio celebrado com o Ministério do Planejamento e Gestão.

A meta do programa é agilizar a tramitação dos processos, priorizar a modernização de procedimentos, incluindo a ampliação da informatização, e intensificar o aprimoramento do corpo técnico, a interação entre os organismos de controle público e a aproximação com a sociedade.

O Convênio GF/MP/SEGES nº 11/2006 - PROMOEX, publicado no DOU em 13/04/2006, com vigência prevista de três anos contados dessa data, firmado Com o Governo Federal, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, no âmbito do contrato de empréstimo BID 1628/OC-BR, tem como objetivo principal a execução do PROMOEX no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC. Por conta de aditivos o Convênio foi posteriormente a vigência do convênio foi prorrogada até as seguintes datas: 31/12/2010, 31/03/2011, 31/12/2011 e 30/06/2012.

O Convênio GF/MP/SEGES nº 11/2006 - PROMOEX previu inicialmente recursos da ordem de R\$ 5.715.987,46 (US\$ 1.971.030,16), sendo R\$ 3.358.879,20 (US\$ 1.158.234,21) oriundos do Governo Federal (MP) por conta do financiamento externo (BID) e R\$ 2.357.108,23 (US\$ 812.795,95) de contrapartida local (TCE/SC) - base cambial de US\$ 1,00 = R\$ 2,90.

Com a última prorrogação do Convênio, realizada através do Termo Aditivo nº 02/11, assinado em 08/09/2011 e publicado no DOU em 29/09/2011, no Plano de Trabalho desse aditivo consta os valores do convênio atualizados para a taxa cambial de US\$ 1,00 = R\$

2.04. Segundo essa base cambial o valor total do Projeto é de R\$ 4.020.901,50 (US\$ 1.971.030,16), sendo R\$ 2.362.797,78 (US\$ 1.158.234,21) oriundos do financiamento externo e R\$ 1.658.103,72 (US\$ 812.795,95) de contrapartida local.

Para atingir as metas do programa de modernização, o TCE de Santa Catarina já investiu, até março de 2012, R\$ 2.899.191,65. O valor corresponde a 72,10% do total de recursos previstos no Convênio MP/Promoex nº 011/06, firmado com o Ministério do Planejamento, em 3 de abril de 2006. Do montante total investido, 57,10% são recursos resultantes de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com base no Contrato nº 1.628- OC/BR, assinado pela instituição financeira e o Governo Federal — os outros 42,90% vieram da contrapartida do TCE/SC. As informações são da Unidade de Execução Local (UEL) do Promoex.

Dos nove produtos mínimos exigidos pelo convênio com o Governo Federal, a Corte de Contas Catarinense já executou oito: 1) atualização e alimentação com novas informações do Portal Nacional que está conectado à Rede Nacional dos Tribunais de Contas; 2) execução todos os pontos de controle da LRF e disponibilização das informações da fiscalização da LRF através do SAGF (Sistema de Acompanhamento da Gestão Fiscal); 3) compartilhamento de soluções técnicas com os outros Tribunais de Contas; 4) celebração de acordos de cooperação visando ampliar a eficácia das ações de controle e realizou interações com a sociedade em prol do controle social; 5) execução das auditorias operacionais previstas e capacitação dos gestores públicos; 6) realização do mapeamento e redesenho dos processos finalísticos; 7) implantação do planejamento estratégico; 8) definição de uma política de gestão de pessoas.

O plano estratégico de tecnologia de informação (TI) que definirá as principais políticas para área — o nono produto mínimo — está em execução, segundo a UEL local. O objetivo é que o plano valorize a interrelação entre o TCE/SC, o governo e a sociedade, facilitando o acesso às informações de interesse público e assegurando, de forma progressiva, a acessibilidade a serviços e sistemas, elevando os níveis de qualidade dos resultados na área de TI, tanto para atender as necessidades do próprio Tribunal como para responder às exigências do controle social. O plano, deve observar as exigências da Lei Federal 12.527 (Lei de Acesso à Informação), de 18.11.2011, que regula o acesso às informações da Administração Pública.

Para 2012, entre as principais ações a serem executadas, com recursos do programa nacional, estão previstas a implantação do projeto de radiodifusão — com a disponibilização de mais um canal de notícias pela Internet — e o desenvolvimento de um novo Portal do TCE/SC. Ambos vão ampliar as oportunidades de difusão de informações de interesse público, interação com a sociedade e estímulo à cidadania e à operação do controle social. A proposta do Portal é atender melhor as atuais demandas da sociedade e de segmentos específicos de públicos-alvo da Instituição. O projeto deverá considerar os mais recentes conceitos da arquitetura da informação, a integração e gestão eficiente de conteúdos para racionalizar processos de trabalho — manutenção e atualização — e os critérios de acessibilidade e usabilidade internacional e nacionalmente aceitos.

Foi realizada uma revisão no plano de aquisição 2012 e a distribuição dos investimentos passou a ser a seguinte:

**TABELA 22 – PLANO DE AQUISIÇÃO COM RECURSOS DO PROMOEEX 2012**

<b>Descrição</b>	<b>Recursos BID</b>	<b>Recursos TCE</b>	<b>Total</b>
Aquisição de Bens	309.231,71	65.325,47	374.557,18
Contratação de Serviços	288.494,92	173.230,01	461.724,93
<b>Total</b>	<b>597.726,63</b>	<b>238.555,48</b>	<b>836.282,11</b>

Fonte: DPE/UJEL

Dos valores repassados pelo Governo Federal restam ainda a ser aplicados R\$ 773.540,65 (setecentos e setenta e três mil, quinhentos e quarenta reais e sessenta e cinco centavos). Além desse saldo, existe também o montante de R\$ 145.008,60 (cento quarenta e cinco mil, oito reais e sessenta centavos) que é resultado das aplicações financeiras dos recursos repassados.

Do valor da contrapartida resta ser aplicado o montante de R\$331.324,97 (trezentos e trinta e um mil, trezentos e vinte e quatro reais e noventa e sete centavos), bem como o valor de R\$ 14.095,95 (quatorze mil, noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) que é resultado das aplicações financeiras do saldo da contrapartida.

No primeiro trimestre de 2012, o Tribunal de Contas investiu o montante de R\$ 47.287,62 (quarenta e sete mil, duzentos e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos), dos quais R\$ 34.949,42 (trinta e quatro mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos) foram com recursos da fonte Governo Federal / BID e R\$ 12.338,20 (doze mil, trezentos e trinta e oito reais e vinte centavos) da contrapartida deste Tribunal.

#### 4.2. Ouvidoria

No trimestre, a Ouvidoria recebeu 170 manifestações. Destas, 54,71% referiam-se a solicitações de informações técnicas e sobre a legislação utilizada pelo TCE, no exercício de suas funções constitucionais, conforme demonstra a Tabela 21.

**TABELA 23 – DESCRIÇÃO DE DEMANDAS DOS CIDADÃOS**

<b>Natureza da Demanda</b>	<b>1º trimestre 2012</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Críticas	3	1,76
Sugestões	3	1,76
Reclamações	47	27,65
Solicitações de Informações	93	54,71
Fornecimento de Informações relevantes	19	11,18
Outros	5	2,94
<b>Total</b>	<b>170</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Ouvidoria

O Portal do TCE/SC destacou-se como o caminho mais utilizado para os cidadãos contatarem com a Ouvidoria, conforme dados da Tabela 24.

**TABELA 24 – MEIOS DE ACESSOS À OUVIDORIA**

<b>Natureza da Demanda</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Carta	1	0,59
Email	54	31,76
Fax	-	-
Portal do TCE	113	66,47
Atendimento Pessoal	2	1,18
<b>Total</b>	<b>170</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Ouvidoria

### 4.3. Divulgação Institucional

O TCE/SC tem procurado mostrar à sociedade a importância do controle externo, bem como a divulgar sua missão institucional, o seu campo de atuação e suas principais ações de fiscalização. Neste sentido, destaca-se o papel da Assessoria de Comunicação (ACOM) através do envio de releases para a imprensa, produção de matérias para internet e intranet e elaboração de livros, manuais e informativos, entre outros.

No tocante às atividades desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação, no primeiro trimestre de 2012, cabe registrar as principais ações de comunicação interna e externa demonstrados nas tabelas 25 a 30.

#### 4.3.1. Comunicação Interna

**TABELA 25 - MATÉRIAS SELECIONADAS PARA O CLIPPING ELETRÔNICO**

<b>Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO ESTADUAL, que citam ou não o TCE</b>	<b>Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO REGIONAL, que citam ou não o TCE</b>	<b>Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO NACIONAL, que citam ou não o TCE</b>	<b>Matérias selecionadas de sites e blogs, que citam ou não o TCE</b>	<b>Total de Matérias selecionadas</b>
789	111	66	119	1085

Fonte: ACOM

**TABELA 26 – MATÉRIAS DIVULGADAS AO PÚBLICO INTERNO**

<b>Matérias publicadas na intranet</b>	<b>Comunicação Sistema Interno de Som</b>	<b>E-mails encaminhados para o público interno - “Notas para reforçar matérias publicadas na intranet”</b>
42	4	15

Fonte: ACOM

#### 4.3.2. Comunicação Externa

**TABELA 27 – MATÉRIAS ENVIADAS À IMPRENSA**

Releases encaminhados	Releases aproveitados pela imprensa	Matérias publicadas decorrentes de releases
9	9	58

Fonte: ACOM

**TABELA 28 - MATÉRIAS QUE MENCIONAM O TCE**

Publicadas em jornais e revistas <sup>1</sup>	Publicadas em blogs e sites	Veiculadas em TVs <sup>2</sup>	Veiculadas em Rádios <sup>3</sup>	Total <sup>4</sup>
168	114	23	15	320

Fonte: ACOM

1- De circulação regional, estadual ou nacional. 2 - Fonte: monitoramento feito nas TVs locais e estaduais, pela TV Clipagem. 3 - Fonte: monitoramento feito nas rádios locais CBN Diário, Guararema e Guarujá, pela TV Clipagem. 4 – A contagem de matérias que citam o TCE baseia-se em pesquisa realizada, diariamente, em cerca de 100 fontes. Por isso, é provável que o número de matérias veiculadas na imprensa que citam o TCE seja ainda maior do que o mensurado pela ACOM

**TABELA 29 - MATÉRIAS PUBLICADAS NOS JORNAIS DO INTERIOR**

Matérias que citam o TCE nos jornais do interior	Releases encaminhados	Releases aproveitados em jornais do interior	Matérias decorrentes dos releases aproveitados
110	9	6	10

Fonte: ACOM

**TABELA 30 - MATÉRIAS PUBLICADAS POR COLUNISTAS**

Notas de colunistas que citam o TCE	Releases aproveitados em notas de colunistas	Notas decorrentes dos releases aproveitados
86	6	5

Fonte: ACOM

#### 4.4. Convênios e Acordos de Cooperação

O Tribunal de Contas de Santa Catarina tem intensificado a cooperação e a troca de informações com órgãos e entidades cujas atividades estão envolvidas com o controle de despesas públicas, objetivando o aprimoramento de técnicas e procedimentos no desenvolvimento de ações conjuntas de fiscalização.

A tabela a seguir apresenta os Convênios e Acordos de Cooperação, assinados no primeiro trimestre de 2012.

**TABELA 31 - CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO**

Nº	Tipo	Instituição	Objeto	Valor R\$	Publicação
049/2010	1º TERMO ADITIVO	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 49/2010, DE 31 /12/2011 PARA 31/12/2015.	SEM	DOTC-e nº 917, 02/02/2012, p. 10
008/2006	3º TERMO ADITIVO	FACULDADE DE ENERGIA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS - FEAN	PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO PARA 28/02/2014.	SEM	DOTC-e nº 937, 05/03/2012, p. 9
001/2006	3º TERMO ADITIVO	COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DE SANTA CATARINA - CESUSC	PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO PARA 28/02/2014.	SEM	DOTC-e nº 937, 05/03/2012, p. 9
002/2008	3º TERMO ADITIVO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC	PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO PARA 28/02/2014.	SEM	DOTC-e nº 937, 05/03/2012, p. 9
004/2008	3º TERMO ADITIVO	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ	PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO PARA 28/02/2014.	SEM	DOTC-e nº 937, 05/03/2012, p. 9
006/2008	3º TERMO ADITIVO	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL	PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO PARA 28/02/2014.	SEM	DOTC-e nº 937, 05/03/2012, p. 9

Fonte: Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais - DPE